

2022



DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR: OS DESAFIOS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO BRASILEIRA NA

Celismar da Rocha Cavalcante, Universidade Católica de Brasília.

Resumo.

O presente trabalho teve como proposta a investigação dos fatores que condicionam e desafiam o acesso dos alunos da rede pública de ensino à Educação Superior e das questões relacionadas à permanência estudantil. No Brasil, dos concluintes do Ensino Médio, apenas um terço da rede pública ingressa na Graduação em contrapartida os da rede privada quase 80% tem o acesso. Com o interesse em compreender a polarização quanto à esses índices, o trabalho buscou elencar os desafios encontrados pelos alunos da rede pública de ensino para ingressar na Universidade e compreender as possibilidades de democratização educacional através do acesso e permanência desse público na graduação, de modo a oferecer aos estudantes condições para inclusão social, visto que a qualificação acadêmica possibilita melhores oportunidades em relação a formação, tanto no campo educacional quanto no campo profissional. No Brasil e no mundo, muitos são os estudiosos que se dedicam ao tema, como Brito (2020); Calimann (2019); Kohls-Santos (2020), Saviani (2016), com base nesses autores e outros teóricos da educação, o fenômeno foi investigado. O trabalho recebeu o seguinte título: “Da Educação básica à Educação Superior: os desafios do acesso e permanência dos alunos da rede pública de ensino brasileira na Graduação”. Nesse intuito pode-se elaborar o seguinte problema para a pesquisa: Quais os desafios encontrados pelos alunos da rede pública de ensino brasileira para acesso e permanência na educação superior? A fim de: Compreender o papel do Estado para a garantia à educação nos diferentes níveis de ensino; Identificar o papel da escola na promoção da educação social; Possibilitar a identificação dos desafios impostos aos alunos para inclusão educacional no nível superior. Para isso foi realizada uma análise fatorial múltipla, com abordagem analítica-crítica, de enfoque qualitativo, em que através de pesquisas bibliográficas e investigação de artigos, teses, dissertações foi possível fazer o levantamento de dados sobre o acesso e permanência estudantil à educação superior nos últimos anos, em que pode se chegar a seguinte conclusão: o número de ingresantes oriundos da rede pública de ensino brasileira apresenta um percentual muito abaixo da média e que muitos são os desafios para o ingresso e permanência desse público na graduação, que vão desde o despreparo na educação básica até a possibilidade de conciliação de trabalho e estudo, além da dificuldade em acompanhar o curso devido a falta de conhecimento, baixa autoestima e outros fatores, pode-se observar também a necessidade urgente de formulação de estratégias que viabilizem o acesso e diminuam os índices de evasão. Espera-se como resultado desse trabalho, que ele possa contribuir para que os indicadores aqui apresentados sobre os desafios de acesso e permanência à educação superior, sejam reconhecidos e contemplados com ações e formulação de políticas públicas, que amenizem o fenômeno da exclusão dos alunos na Graduação. E mais do que isso, para que esse público receba preparação adequada para atuação ativa e eficaz na sociedade em que vive, de modo que haja a redução da evasão e das taxas de retenção desses alunos.

2022



Palavras Chaves: Acesso, Escola Pública, Educação Superior, Permanência.

1. Introdução

O Ensino Médio é um dos períodos mais importantes na formação do aluno, principalmente no que concerne ao ingresso no curso superior. É um momento marcado por muitas incertezas, pois a maioria dos jovens ainda não apresenta uma escolha exata de qual trajetória acadêmica e profissional seguir. Qual curso escolher? Qual atuação no mercado de trabalho? Essas são algumas das indagações recorrentes nessa busca. Logo que o aluno ingressa no 1º ano do Ensino Médio, ele se depara com um outro contexto ao qual não estava acostumado no Ensino Fundamental. Normalmente a 1ª série torna-se uma revisão daquilo que foi estudado na etapa anterior, partindo para um aprofundamento maior no assunto. As disciplinas da grade curricular estendem-se em conteúdos mais específicos e certamente a exigência para o aluno aumenta. Já nesse primeiro momento inicia-se o contato com temas avançados a fim de prepará-los para os processos relativos ao ingresso na Educação Superior. Nessa fase também é possível ao aluno fazer escolhas de qual área de conhecimento deseja optar, sendo essa a nova proposta do Ensino Médio, recentemente formulada, que possibilita as escolhas através dos Itinerários Formativos.

A escola e a família exercem papéis fundamentais quanto ao apoio e orientação para o aluno nesse momento. Considerando que os jovens estão dentro de um processo de formação acadêmica, intelectual, social, ele necessita desse suporte, pois encontram-se vulneráveis e imaturos para fazer certas escolhas. Cabe às famílias e à instituição escolar trabalhar no sentido de contribuir, mostrando-lhes as possibilidades de cursos disponíveis, às áreas profissionais que estão relacionadas a esses cursos e se possível propor que façam projeções futuras, a construção de um projeto de vida, na tentativa de direcioná-lo de acordo com as preferências definidas. Todas essas estratégias precisam estar alinhadas com a perspectiva de promover a inclusão do aluno no meio acadêmico, aliás devem ultrapassar a mera inserção desses jovens na instituição, pois, efetivamente, o interesse maior a esse público consiste em ampliar seus potenciais. (Calimann *et al*, 2019). Para isso é necessário a atenção permanente no que se refere a inclusão educacional, principalmente para o público que se encontra em diferentes realidades sociais, ou seja, aquele em maior vulnerabilidade econômica e social. A escola, família e a sociedade em si devem voltar o olhar para essas questões.

A Escola é, indubitavelmente, o espaço educativo privilegiado para a educação e o espaço para a prevenção de conflitos, violências e exclusões. Os tempos atuais apontam, no entanto, para a Educação permanente, continuada, durante toda a vida. Como também para as emergências e demandas educativas que afloram das mais diferentes realidades sociais envolvidas em situações de conflito e exclusão. (Caliman *et al*, 2019).

Partindo, dessa prerrogativa a educação deve ser compreendida como um fenômeno de cunho social pautada em estratégias capazes de enfrentar os desafios dessas demandas conflituosas. A escola enquanto Instituição junto com o corpo docente deve vincular a proposta pedagógica na perspectiva de favorecer os jovens, principalmente aqueles em situação de pobreza, inseridos em processos excludentes. Tratar do acesso e da permanência estudantil nesse caso é indispensável para a busca de práticas que amenizem a recorrência do evento. Diante de tais apontamentos, a perspectiva desse trabalho consistiu em investigar fenômeno da exclusão de uma forma emergencial, que necessita da

2022



colaboração de todos os envolvidos. O objetivo geral foi: Analisar os desafios encontrados pelos alunos da rede pública de ensino brasileira para ingressar no meio Universitário, e objetivos específicos: Compreender o papel do Estado para a garantia do acesso a educação nos diferentes níveis de ensino; Identificar o papel da escola na promoção da educação social; Possibilitar a identificação dos desafios impostos aos alunos para inclusão educacional no nível superior. A temática vincula-se a linha de pesquisa: Articulação da Educação Superior com a Educação Básica, pois aborda os contextos concernentes às Políticas Públicas da Educação e da Gestão Educacional, com intuito de contemplar as diversas instâncias pedagógicas e os sujeitos envolvidos no processo educativo, principalmente aos que ficaram à margem da história do país.

Com base em uma análise fatorial múltipla, a abordagem analítica-crítica, teve enfoque qualitativo. Em que buscou-se responder o seguinte questionamento: Quais os desafios encontrados pelos alunos da rede pública de ensino brasileira para acesso e permanência na educação superior? A questão formulada partiu da leitura de pesquisas bibliográficas e investigação de artigos, teses, dissertações em que foi possível fazer o levantamento de dados sobre o acesso e permanência estudantil à educação superior nos últimos anos. O trabalho foi organizado em 4 partes. Inicialmente na primeira parte contém a Introdução, onde expõe-se uma breve contextualização sobre as questões que envolvem as escolhas dos estudantes quanto à formação superior, o acesso, a permanência estudantil, a vinculação do assunto com a linha de pesquisa, além dos motivos para escolha do tema, a relevância dele, o problema formulado, o objetivo geral e os específicos da pesquisa, seguidos pela metodologia. A segunda parte apresenta o papel do Estado quanto à garantia do direito à educação. A terceira parte, o papel da escola para uma educação social. A quarta parte, os desafios dos alunos para inclusão educacional no nível superior. E por último a conclusão.

2. Educação como direito subjetivo: papel do Estado

Ao longo da história da Educação Brasileira a oferta do Ensino Médio sempre esteve vinculada à formação da elite do país para o ingresso na Educação Superior e à formação da maior parcela da sociedade para compor a categoria de mão de obra para o mercado. Muitas foram as reformas e propostas instituídas dentro da legalidade para estruturação e funcionalidade desse segmento do ensino. A Constituição de 1934, é um exemplo, que representou novas atribuições, em que a educação passou a ser direito de todos, gratuita para o ensino primário e obrigatória para o ensino integral. Assim, como a Lei nº: 4.244/42, em que as diretrizes estabeleceram novos critérios para o ensino médio, tais como a formação integral dos alunos, inclusive para os níveis mais elevados. Já a Constituição de 1946, resgatou alguns direitos suprimidos ao longo da história: a gratuidade e a assistência aos estudantes. A deliberação foi fixada e prevaleceu até 1961, quando a nova Lei de Diretrizes e Bases apresentou novas perspectivas para o ensino em que o projeto estava pautado em princípios que nortearam, fins, estrutura, currículo, assim compreendidos: instituição de princípios para o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum e o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio.(BRASIL, 1996). Outra proposta para a reformulação dos segmentos de ensino do 1º e 2º grau, foi a Lei nº 5.692/71, em que consistia na formação integral de crianças e adolescentes, estabelecendo: o ensino de 1º e 2º graus a fim de proporcionar ao educando a formação necessária para o desenvolvimento de suas

2022



potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. (Pilleti, 2021). Esses são alguns dos recortes dos dispositivos legais, que nortearam as diretrizes para orientar a educação em âmbito nacional até se chegar a formulação da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna é o resultado de muitas lutas por uma escola democrática e igualitária. Ela representa o estabelecimento de muitas mudanças no sistema educativo brasileiro assim representada no documento:

Entre tais conquistas podemos mencionar o direito à educação desde o zero ano de idade, a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da educação pública, a autonomia universitária, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo [...]. (Saviani, 2006).

Observa-se com isso que ao longo da história houve momentos marcados pela tentativa de se instituir o ensino secundário de forma regular, assim também como houve momentos em que a perspectiva quanto à oferta desse segmento manteve-se dentro de um processo de elitização do ensino, ou seja, especificamente voltado para a preparação da classe dirigente do país para o ensino superior. Considerando toda essa contextualização a educação deve ser compreendida como direito de todos no que se refere à direitos e liberdades fundamentais inerentes a cada pessoa, sem distinção ou qualquer tipo de discriminação ou ainda de desigualdades quanto à viabilização a cada indivíduo. Cabendo ao Estado mediante formulação de políticas públicas promover ações de assistência integral aos jovens a fim de garantir acesso e permanência nos diferentes níveis de ensino para formação acadêmica em potencialidade. Assim como a Constituição Federal, o Estado dispõe de outros dispositivos legais para o reconhecimento e efetivação desses direitos. Tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que apresenta no Art. 1º:

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996).

E o Estatuto da Criança e do Adolescente, que também assegura no seu texto à educação como direito de todos e acima de tudo atua na proteção e garantia à crianças e adolescentes:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Porém, mesmo diante de tantos direitos apontados as lacunas no tratamento à população são extensas, o acesso à educação à determinados grupos é bastante restrita. As desigualdades são relevantes em grupos específicos [...]. (Calimann *et al*, 2019). Analisando essa circunstância, compreendemos que não há possibilidades de avanços quando apenas se estabelece tantos aparatos legais e na prática a viabilização de acesso e permanência não contempla todos os interessados na formação educativa. Essa realidade está presente tanto nos segmentos da Educação Básica quanto na Educação Superior, em que continua sendo de difícil acesso para os estudantes brasileiros. Apenas 18,1% dos jovens de

2022



18 a 24 anos estão matriculados em faculdades, de acordo com o Mapa do Ensino Superior no Brasil, do Instituto SEMESP. (CNN Brasil, 2021). Essas médias estão muito abaixo do desejável, inclusive das metas previstas no PNE (Plano Nacional da Educação), que propõem o aumento dos índices do ingresso na Educação Superior. Por mais que o número de novos alunos no Ensino Superior do Brasil esteja aumentando, com crescimento de 5,8% entre 2013 e 2019, as taxas dos estudantes que se formam ainda está longe de ser a ideal. (CNN Brasil, 2021). Nesse sentido tanto o Estado como os entes responsáveis devem atuar na ressignificação de processos que realmente contribuam na dissipação dos desafios provenientes dessa realidade, a fim de se estabelecer a priorização humana a partir de práticas para uma educação de cunho social, abrangente, emancipatória e acima de tudo inclusiva.

3. Escola como espaço para a Educação Social

O Brasil é um dos países com maiores taxas de desigualdades sociais, grande parte da população é afetada pela distribuição desproporcional de renda e das possibilidades econômicas e sociais, em que a riqueza se concentra na mão de uma minoria enquanto a maior parte do povo brasileiro vivem privados desses bens. O Brasil não só continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, como está piorando: [...], a concentração de renda aumentou no país e, com isso, atingiu o pior nível em pelo menos duas décadas. (CNN Brasil, 2021). Essa tendência tem sua origem desde o período colonial, pois através do processo de exploração pelos portugueses inicia-se também o período de composição da elite do país e consequentemente da classe marginalizada. A privação de direitos básicos como educação, saúde, moradia, trabalho provoca prejuízos na vida de qualquer cidadão, logo a população em situação de vulnerabilidade econômica e social tem uma tendência maior para violência e atos ilícitos. Pensando nessa realidade o Estado deve atuar a partir de investimentos e formulação de estratégias para amenizar essas diferenças de acessos. A escola passa a ser sem dúvida um dos pilares para acabar com a exclusão social, para isso o fazer pedagógico deve estar pautado em uma educação igualitária, equitativa e não como um elemento de sustentação de desigualdade social, com caráter dualista, em que o ensino de qualidade é ofertado para a classe dirigente do país e o deficitário para a classe dispreziada, ou seja, os princípios metodológicos devem priorizar o bem comum, a partir de processos significativos que potencializem a formação integral dos estudantes sem qualquer tipo de discriminação quanto ao acesso.

A educação é a melhor prevenção. Temos conhecimento de como a pedagogia escolar privilegia a conquista de conhecimentos, a aquisição de competências para a vida e o desenvolvimento das potencialidades humanas do indivíduo, dentro de uma visão integral do ser humano. Constitui-se, sem sombra de dúvidas, em uma estratégia eficaz para conduzir os indivíduos no percurso formativo e exercer uma forte potencialidade de prevenção contra as variáveis culturais e estruturais que provocam a exclusão social. (Calimann, 2019).

A resposta da educação nesse caso seria a contribuição através de práticas educativas que possibilitem ao aluno uma preparação eficaz. Trata-se de uma educação social em que os profissionais atuam para integração das pessoas em situação de vulnerabilidade, excluídas socialmente, para que eles ocupem seus espaços na sociedade e tenham acesso a uma vida digna. Especificamente no que se refere a

2022



educação básica e posteriormente a educação superior, modalidade de ensino em que a inclusão passou a ser um dos grandes desafios para os alunos, especialmente aos da rede pública, não só o acesso como a permanência também. Os alunos da rede pública apresentam muitas dificuldades para ingressarem no ensino superior, primeiro porque muitas vezes não tem a cultura de estudar com perspectivas para continuar e fazer uma graduação. O ensino deficitário, o despreparo cognitivo, emocional e a falta de autonomia acadêmica dos estudantes constiutem pontos de atenção importantes quando falamos de permanência estudantil. (Kohls-Santos, 2020). O fato também de nem ao menos conhecerem o espaço universitário e as opções de cursos também deixa a situação mais complexa, pois grande parte necessita desde cedo começar a trabalhar para garantir seu sustento e o dos seus familiares, afastando-se do universo acadêmico, fator que atrapalha muito. O fato também de não conseguirem aprovação em processos seletivos das instituições públicas e não terem condições de pagar o curso nas instituições privadas também são fatores que limitam o acesso à esses jovens. Situação diferente dos grupos privilegiados que recebem uma educação de prestígio, os mesmos têm tempo para se dedicar aos estudos, normalmente não necessitam trabalhar e mesmo se não conseguirem aprovação na rede pública tem condições de custear os estudos na rede privada.

Os jovens privilegiados ficam muitos anos investindo na sua escolaridade. [...]. Os jovens pobres, por sua vez, enfrentam condições precárias de trabalho.[...]. Os mais pobres partem de condições desfavoráveis no mundo da formação, qualificação em relação aos jovens ricos, o que consequentemente, lhes compromete a competitividade por trabalho e renda, dificultando-lhes o acesso aos bens e à mobilidade social. (Calimann, 2019).

A escola nesse contexto torna-se o meio que possibilita a esses jovens condições para o enfrentamento das desigualdades econômicas, sociais e educativas, pois o acesso aos diferentes níveis de ensino e especificamente a Universidade favorece o aluno, visto que é um ambiente privilegiado em que o aluno tem acesso a diferentes conhecimentos que se bem aproveitados contribuirão na sua qualificação.

A educação superior configura-se em todo o mundo como um meio para qualificar os agentes da sociedade e para a melhoria das relações de trabalho e por consequência, da vida da população. Pois, tem como função principal a formação de profissionais que atuarão na sociedade. (Kohls-Santos, 2020).

Nesse sentido, o papel da escola é o de atuar na promoção de uma educação de caráter social, inclusiva, equitativa que prepare os jovens atuantes na sociedade, politicamente engajados, que consigam compreender a importância do seu papel enquanto cidadão na busca de igualdade e garantia dos seus direitos. De modo que o abismo existente entre a educação básica e a educação superior seja superado com vistas à identificação de estratégias que viabilizem a transição de um nível para o outro. A inserção no ensino superior é necessária e vai além da simples integração do aluno a esse segmento, o aproveitamento e formação integral do aluno e a permanência para a conclusão da graduação são perspectivas que também merecem ênfase.

2022



Educação Superior: desafios e possibilidades para o acesso e permanência

A busca dos direitos anteriormente relacionados nesse trabalho está associada a preparação adequada dos estudantes, em que a oferta do ensino médio trata-se da fase preparatória para Educação Superior. Estimular a formação integral nesse segmento é o primeiro passo para o possível ingresso na graduação, a orientação dos alunos nesse sentido é fundamental. Tanto a gestão escolar como todos os profissionais da educação devem estimular a continuidade dos estudos, com estratégias metodológicas bem definidas, alinhadas aos reais objetivos e interesses do aluno, e que vá muito além, com perspectivas inclusive para a Internacionalização da Educação, que pode ser entendida como um dos caminhos para o desenvolvimento da consciência planetária, por meio da constituição de conhecimentos, aprendizagem e intercâmbio de realidades locais, ou seja, entrelaçando conhecimentos para a compreensão avançada do gênero humano. (Brito, 2020).

É importante que nesse período de formação o aluno conheça e compreenda as opções acadêmicas e as opções do mercado de trabalho disponíveis, além de reconhecer e identificar qual área de atuação seria mais atraente dentro dos seus anseios. A construção do projeto de vida frente as essas perspectivas futuras devem estar contempladas na proposta de ensino dos professores. Além, disso é imposto que escola estabeleça uma ponte com as instituições de educação superior para que o aluno conheça o ambiente universitário. Como já afirmado, o ingresso ao ensino superior é um desafio para os estudantes da rede pública, muitas são as dificuldades apresentadas pelos alunos, como a falta de preparação para as provas, a baixa autoestima quanto ao desempenho escolar, as dificuldades de conhecimentos no geral e a própria exclusão social desse público afetam diretamente as possibilidades dos estudantes. Nos últimos anos, o ingresso no ensino superior tem aumentado em relação a defasagem de anos anteriores, na década de 90, por exemplo a cada 100 vagas apenas 5 eram preenchidas pelos alunos da rede pública. (INEP. Censo da Educação, 1995). Em contrapartida houve um aumento desse percentual. No ano de 2014, por exemplo havia 7.828.013 estudantes que efetuaram matrícula, em 2015 esse número subiu para 8.027.297 e em 2016, chegou a 8.048.701. (Kohls, 2020). Mesmo com esses avanços os números são muito baixos em relação ao número de alunos que concluem o ensino médio.

Além do quantitativo estar muito abaixo da média, outro grande desafio são as dificuldades que os estudantes encontram para permanecerem e concluírem seus cursos, pois não basta somente entrar no meio acadêmico, o aluno precisa continuar. El abandono contribuye a generar inequidad y desequi

sociales y desvirtúa los objetivos que la educación superior. (Vargas *et al*, 2005, apud Guerrero *et al*, 2021). Concluir os estudos e acima de tudo fazê-lo com maior aproveitamento possível deve ser prioridade. À medida que o acesso à educação superior aumenta crescem também os problemas relacionados à evasão e à permanência dos estudantes nas instituições de Ensino Superior. (Kohls, 2020). Desse modo, diversas ações devem ser viabilizadas para assegurar a continuidade dos estudos pelo aluno. Há a necessidade de olharmos para as questões do estudante universitário quando pensamos em permanência e mais ainda na prática docente frente ao desafio de manter o estudante no sistema da educação superior. (Kohls-Santos, 2020). A qualidade da Educação Superior deve ser uma das principais metas do país, por meio de produção de conhecimento, que priorizem a busca da qualidade, respeitando a diversidade, alicerçadas nos princípios de justiça, na equidade, Inclusão étnica e social. (Morosini, 2009 apud Kohls-Santos, 2020). Nesse sentido todos os esforços devem

2022



converger para esse objetivo, as políticas que envolvem esse segmento precisam adaptar-se ao momento, promovendo um fazer distinto.

4. Conclusiones

O Ensino Superior no Brasil ao longo de todas as décadas apresenta índices quanto ao acesso muito abaixo do desejado e em relação aos outros países do mundo. Esse fato é extremamente prejudicial, pois a privação dos alunos a esse segmento traz prejuízos não só para os jovens como para a sociedade no geral, pois compromete a capacitação profissional, a geração de renda e aumenta as desigualdades sociais. Considerando que se os jovens das classes mais pobres não têm acesso, e os das classes privilegiadas concluem seus estudos, obviamente essa minoria segue prestigiada enquanto a maioria continua a margem, consequentemente as discrepâncias continuam e as desigualdades também.

Diante desse contexto e de todas as dificuldades encontradas e apresentadas nesse estudo sobre os desafios dos alunos da rede pública de ensino é mais do que o momento de se repensar em práticas e estratégias que favoreçam esse público, a elitização do ensino superior necessita de manobras que permitam a inclusão com equidade a todos os estudantes, principalmente aos que se encontram à margem da sociedade. Há a necessidade da criação e fortalecimento de políticas públicas que alavanquem esses índices, pois são muitos agravantes que atrapalham o acesso e conclusão na graduação, por parte dos estudantes da rede pública de ensino brasileira. A princípio um dos impedimentos é a dificuldade para o ingresso, logo em seguida as dificuldades são norteadas por vários fatores, tais como dificuldades quanto ao conteúdo, normalmente os alunos oriundos da escola pública tem jornada dupla, ou seja, conciliam trabalho com estudos, o que provoca cansaço, dificuldade para acompanhar a proposta dos curso. Esses são inclusive os motivos para a evasão escolar. Considerando tantos fatores que se opõem a esse grupo, o ensino superior brasileiro deve ser contemplado com todo tipo de ação que possa contribuir para a garantia de um ensino de qualidade para todos, além de ofertar conhecimentos e condições necessárias para a permanência nesse nível de ensino. Compreender as dificuldades que os alunos tem para ingressar nos estudos e os motivos que o levam a desistir permite a elucidação de fatores que necessitam de atitudes para contê-los, a fim de se estabelecer a inclusão para todos com equidade e qualidade

Referencias

Alvarado Guerrero, I., Cepeda Islas, M., del Bosque Fuentes, A., López Torres, M., & Victoria Limón, K. (2021). Factores asociados a la permanencia escolar Universitaria: habilidades sociales y motivación. *Congresos CLABES*. Recuperado a partir de <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/3358>

Brito, R. Internacionalização da Educação Básica e Superior: Desafios, perspectivas e experiências. Brasília: Cátedra UNESCO, Universidade Católica de Brasília, 2020. 348 p.

Business (BRASIL). CNN. Desigualdade no Brasil. In: **Cresceu (de novo) em 2020 e foi pior em duas décadas**. São Paulo, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 9 set. 2022.

Calimann, G. *et al.* Jovens Universitários: entre a inclusão e a exclusão. Brasília: Cátedra UNESCO, Universidade Católica de Brasília, 2019. 180 p.

Claudino, P. *et al.* História da educação de confúcio a freire. 2º. ed. [S. l.]: Contexto, 2021. 290 p.

2022



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (BRASIL). INEP. Censo da Educação Superior. In: **Notas Estáticas**. [S. l.], 10 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 9 set. 2022.

Kohls-Santos, P. Permanência na Educação Superior: Desafios e Perspectivas. Brasília: [s. n.], 2020. 238 p.

Saviani, D. O legado educacional do século XX no Brasil. 2. ed. Campinas SP: Autores Associados, 2006.

Senado. Agência. Sancionada lei que inclui na LDB compromisso de alfabetização no ensino básico. Brasília, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/13/sancionada-lei-que-inclui-na-ldb-compromisso-de-alfabetizacao-no-ensino-basico>. Acesso em: 11 ago. 2022.

Subchefia Para Assuntos Jurídicos (BRASIL). Presidência da República Casa Civil. ECA. In: Estatuto da Criança e Adolescente. [S. l.], 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.